Quatro informações sobre a campanha salarial que todo servidor deve saber

A negociação entre o governo e os trabalhadores do serviço público se arrasta desde julho do ano passado, quando ocorreu o primeiro encontro da MNNP. De lá para cá, pouco se avançou. O governo segue sem apresentar uma resposta concreta à reivindicação das entidades representativas de reajuste salarial ainda em 2024. Tampouco, soluções para a revogar as medidas autoritárias do governo Bolsonaro. Por isso, reunimos 4 informações centrais sobre a Campanha Salarial 2024.

1. Reajuste salarial

REIVINDICAÇÃO DA BANCADA SINDICAL*	PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL
2024 10,34% Bloco 1 7,06% Bloco 2	2024 0%
2025 10,34% Bloco 1 7,06% Bloco 2	2025 4,5%
2026 10,34% Bloco 1 7,06% Bloco 2	2026 4,5%

* Reajuste salarial necessário para repor as perdas acumuladas desde o governo Temer até o governo Lula.

2. Reajuste dos benefícios

REIVINDICAÇÃO DA BANCADA SINDICAL	PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL
EQUIPARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS COM OS DEMAIS PODERES	Auxílio-alimentação: R\$ 658 para R\$ 1.000 NÃO CONTEMPLA aposentados e pensionistas
	Auxílio-saúde: R\$ 144 para R\$ 215 por benefício
	Auxílio-creche: R\$ 321 para R\$ 484,90 NÃO CONTEMPLA aposentados e pensionistas

3. Revogação

Apesar da sinalização positiva inicial do governo, não houve avanço sobre o "revogação" das medidas do governo Bolsonaro que atacam os serviços públicos, servidoras e servidores.

4. Últimas notícias

Na última reunião da MNNP no último dia 28, José Lopez Feijó, secretário de Relações de Trabalho, informou que o MGI estuda a possibilidade de antecipar o reajuste salarial para 2024, condicionado à excedentes na arrecadação da União. Já o reajuste dos auxílios seria concedido em maio deste ano.

O Fonasefe entende que os

servidores e servidoras não possuem condições de acumular mais um ano de congelamento salarial e por isso não aceitaremos 0% de reajuste em 2024.

Além disso, reforçamos que atrelar o reajuste salarial às condições econômicas positivas, a partir de lógicas mercadológicas, é um descaso com os trabalhadores e usuários dos serviços públicos.

3 de Abril: Dia Nacional de Luta

O Fonasefe reforça a necessidade de intensificar as lutas frente a tamanho desrespeito do governo como os seus servidores e servidoras e o nosso apoio às categorias que já se encontram em estado de greve! Convocamos as entidades filiadas a construir o Dia Nacional de Mobilização e Paralisação, no dia 3 de abril.

A potência do Dia Nacional de Mobilização e Paralisação do Serviço Público Federal será um importante recado para o governo e determinante para a vitória

da nossa categoria. 0 % é desrespeito!

Convocamos todas as servidoras e servidores a permanecerem em estágio de mobilização, participando das atividades locais, de greve e das assembleias de suas categorias rumo à intensificação de nossas lutas!

Reforçamos a necessidade de intensificar as lutas frente a tamanho desrespeito do governo com os servidores e servidoras e o nosso apoio às categorias que já estão em estado de greve!

Vamos à luta!

IMPOSTO DE RENDA 2024

SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Filiado à CUT COISSEP FOMOSCF

ATENDIMENTO*
Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Sexta-feira), em horário comercial.

CUT debate os 60 anos do Golpe Militar de 1964 com a retomada da Comissão da Verdade

No próximo dia 31 de março o Golpe Militar de 1964 completa 60 anos, marco que jogou o Brasil sob uma ditadura que perduraria por 21 anos, causando enorme impacto social e político para o país.

Para debater esses impactos ainda não resolvidos pelo Estado brasileiro, a Central Única dos Trabalhadores realiza nesta terça-feira (26) o painel “Ditadura Nunca Mais - A CUT na Luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação”.

O encontro irá retomar o processo de organização, atualização e efetivação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça elaborado pela central em 2015.

José Genoio, ex-deputado e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, fica com a abertura do painel, atualizando as questões sobre os crimes da ditadura militar no tempo presente e expondo quais são as tarefas para a classe trabalhadora nesta agenda. Genoio é historiador e foi preso político da ditadura.

Também estarão na mesa de debate o ex-ministro dos Direitos Humanos nos governos Lula 1 e 2, Paulo Vannuchi, e Jana Silverman, professora de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFBA), com quem a CUT elaborou o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Participa também o ex-deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh.

A secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, responsável pelo debate, explica que o objetivo agora é colocar em prática as recomendações elaboradas a partir do relatório, finalizado em 2015, mas cuja execução foi interrompida pelo golpe da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

“Este passado sombrio de graves violações aos direitos políticos, sociais e econômicos da classe trabalhadora continua com operadores ativos na maioria das forças armadas, atuando em conluio com a extrema direita como se viu nos acampamentos em frente aos quartéis e na tentativa golpista de 8 de janeiro”, afirma a secretária.

A atividade é aberta ao público das 14h às 17h na sede da CUT em São Paulo - rua Caetano Pinto, 575 - Brás.

O GOLPE DE 1964

O Golpe Militar conduzido entre 31 de março e 2 de abril de 1964 foi uma conspiração realizada pelos militares contra o governo de João Goulart. O conchavo contra o então presidente foi motivado pela insatisfação das elites com os projetos realizados no governo, em especial as Reformas de Base.

Com a deposição de João Goulart realizada pelo golpe parlamentar, oficializou-se o Golpe Militar de 1964. Os militares, então, apresentaram à nação o Ato Institucional nº 1, que criava mecanismos jurídicos para justificar a tomada de poder. Pouco tempo depois, por meio de eleição indireta, o marechal Humberto Castello Branco foi eleito presidente.

Fonte: Cut